

Iniciativas Legislativas 2023

Lista de iniciativas legislativas que envolvem o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF), tanto na respetiva preparação como através da emissão de pronúncia, relativamente à regulação do setor financeiro.

I – Iniciativas em curso em março de 2023

A. Legislação da União Europeia

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
Regulamento (UE) 2019/1238 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, relativo a um Produto Individual de Reforma Pan Europeu (<i>Pan-European Personal Pension Product</i>) – PEPP.	Os anteprojetos legislativos destinados a assegurar a execução do Regulamento PEPP na ordem jurídica nacional e documentação conexas foram enviados ao Ministério das Finanças em 18 de fevereiro de 2022. Em 13 de fevereiro de 2023, foi remetido ao Ministério das Finanças o contributo do CNSF ou das autoridades que o compõem relativamente ao anteprojeto de proposta de lei que procede à implementação de diversos regulamentos europeus, entre os quais este.	CNSF
Regulamento (UE) 2019/834 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012 no que diz respeito à obrigação de compensação, à suspensão da obrigação de compensação, aos requisitos de comunicação de informações, às técnicas de atenuação do risco para os contratos de derivados OTC não compensados através de uma contraparte central, ao registo e	Em 29 de abril de 2022, o CNSF enviou ao Ministério das Finanças as conclusões da sua análise, bem como um projeto de texto para a alteração legislativa identificada como necessária ao Decreto-Lei n.º 40/2014.	CNSF

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
supervisão dos repositórios de transações e aos requisitos aplicáveis aos repositórios de transações – EMIR-REFIT .	Em 13 de fevereiro de 2023, foi remetido ao Ministério das Finanças o contributo do CNSF ou das autoridades que o compõem relativamente ao anteprojecto de proposta de lei que procede à implementação de diversos regulamentos europeus, entre os quais este.	
Regulamento (UE) 2022/858 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2022, relativo a um regime-piloto para as infraestruturas de mercado baseadas na tecnologia de registo distribuído e que altera os Regulamentos (UE) n.º 600/2014 e (UE) n.º 909/2014 e a Diretiva 2014/65/UE – DLT Pilot .	O anteprojecto foi enviado ao Ministério das Finanças em 30 de novembro de 2022. Em 13 de fevereiro de 2023, foi remetido ao Ministério das Finanças o contributo do CNSF ou das autoridades que o compõem relativamente ao anteprojecto de proposta de lei que procede à implementação de diversos regulamentos europeus, entre os quais este.	CNSF
Regulamento (UE) 2021/557 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março de 2021, que altera o Regulamento (UE) 2017/2402, que estabelece um regime geral para a titularização e cria um regime específico para a titularização simples, transparente e padronizada, a fim de apoiar a recuperação da crise da COVID-19 .	O anteprojecto de diploma de execução foi remetido ao Ministério da Finanças em 11 de janeiro de 2023.	CNSF
Regulamento (UE) 2021/168 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 10 de fevereiro de 2021, que altera o Regulamento (UE) 2016/1011 no que respeita à isenção de determinados índices de referência de taxas de câmbio à vista de países terceiros e à designação de substitutos para determinados índices de referência em cessação e que altera o Regulamento (UE) n.º 648/2012.	O anteprojecto de diploma de execução foi remetido ao Ministério das Finanças em 16 de janeiro de 2023.	CNSF

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
Regulamento (UE) 2021/23 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro de 2020, relativo ao regime da recuperação e resolução das contrapartes centrais (CCP) e que altera os Regulamentos (UE) n.º 1095/2010, (UE) n.º 648/2012, (UE) n.º 600/2014, (UE) n.º 806/2014 e (UE) 2015/2365, e as Diretivas 2002/47/CE, 2004/25/CE, 2007/36/CE, 2014/59/UE e (UE) 2017/1132.	Encontram-se em curso os trabalhos de preparação do anteprojeto legislativo relativo às medidas nacionais de execução.	CNSF
Regulamento (UE) 2022/2554 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de dezembro de 2022, relativo à resiliência operacional digital do setor financeiro e que altera os Regulamentos (CE) n. 1060/2009, (UE) n. 648/2012, (UE) n. 600/2014, (UE) n. 909/2014 e (UE) 2016/1011 – DORA .	Encontram-se em curso os trabalhos de preparação do anteprojeto legislativo relativo às medidas nacionais de execução.	CNSF
Proposta de regulamento europeu para o mercado de criptoativos e que altera a Diretiva (UE) 2019/1937 [Aguarda publicação] – MiCA .	Encontram-se em curso os trabalhos de preparação do anteprojeto legislativo relativo às medidas nacionais de execução.	CNSF

II – Processos concluídos entre março de 2022 e março de 2023

A. Legislação da União Europeia

Descrição sumária	Observações	Envolvimento
Diretiva (UE) 2019/2162 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, relativa à emissão de obrigações cobertas e à supervisão pública dessas obrigações e que altera as Diretivas 2008/65/CE e 2014/59/UE (covered bonds).	O Decreto-Lei n.º 31/2022, de 6 de maio, aprova o Regime Jurídico das Obrigações Cobertas e transpõe a Diretiva (UE) 2019/2162 e a Diretiva (UE) 2021/2261.	CNSF
Regulamento (UE) 2019/2160 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, que altera o Regulamento (UE) n.º 575/2013 no que diz respeito às posições em risco sob a forma de obrigações cobertas (covered bonds).	Este regime foi alterado, em matéria contraordenacional, pela Lei n.º 23-A/2022, de 9 de dezembro.	